

Bradesco Holding de Investimentos S.A.

CNPJ nº 50.991.421/0001-08 - NIRE: 35.300.576.659
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Bradesco Holding de Investimentos S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 955.955 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 11.957.268 mil

e Ativos Totais de R\$ 12.367.052 mil. A Assembleia deliberará quanto à parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital social. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante.....		3.607.547	2.834.316
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	6	1.965.916	1.919.779
Ativos Financeiros Mensurados Valor ao Justo por Meio de Outros Resultados			
Abrangentes.....	7	670.915	-
Dividendos a Receber.....	16a	962.444	906.208
Adiantamentos Funcionários.....		25	23
Outros Ativos.....		8.247	8.306
Não Circulante.....		8.759.505	8.625.967
Ativos Financeiros Mensurados Valor ao Justo por Meio de Outros Resultados			
Abrangentes.....	7	-	599.650
Tributos a Compensar ou a Recuperar.....	17g	19.029	109.180
Ativos Fiscais Diferidos.....	17c	10.780	9.639
Depósitos Judiciais.....		2	2
Outros Ativos.....		36	10.360
Arrendamentos.....	8	1.686	-
Investimentos.....	9	8.727.972	7.897.136
Total do Ativo.....		12.367.052	11.460.283

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Passivo	Nota	2024	2023
Circulante.....		313.099	270.114
Salários e Ordenados.....		8.520	9.492
Impostos e Contribuições a Recolher.....	17f	28.895	1.331
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Receber.....	11e	9.082	89.317
Arrendamentos.....	8	130	-
Outros Passivos.....	10	266.472	169.974
Não Circulante.....		96.685	632
Passivos Fiscais Diferidos.....	17e	844	632
Outros Passivos.....	10	94.168	-
Arrendamentos.....	8	1.673	-
Patrimônio Líquido.....		11.957.268	11.895.537
Capital Social.....	11a	9.024.644	8.863.080
Reservas de Capital.....		(182.837)	(107.068)
Reservas de Lucros.....	11d	3.397.997	2.451.124
Outros Resultados Abrangentes.....		(282.536)	(17.599)

Total do Passivo e Patrimônio Líquido.....

12.367.052 11.460.283

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	Nota	2024	2023
Receitas Operacionais.....		793.410	1.335.633
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	9	786.647	1.332.591
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos.....		1.850	3.042
Outras Receitas Operacionais.....		4.913	-
Despesas Operacionais.....		(41.050)	(35.007)
Despesas Gerais e Administrativas.....	15	(11.011)	(9.324)
Despesas de Pessoal.....	13	(16.465)	(15.448)
Despesas Tributárias.....	14	(13.541)	(10.235)
Outras Despesas Operacionais.....		(33)	-
Resultado Financeiro.....	12	285.326	139.443
Receitas Financeiras.....		289.721	139.443
Despesas Financeiras.....		(4.395)	-
Resultado antes do imposto de Renda e Contribuição Social.....		1.037.686	1.440.069
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	17a	(81.731)	(1.426)
Lucro Líquido do Exercício.....		955.955	1.438.643

Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação)

Lucro básico por ação atribuível aos acionistas.....

0,10 0,15

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2024	2023
Lucro Líquido do Exercício.....	955.955	1.438.643
Itens que podem ser Subsequentemente Reclassificados para o Resultado		
Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	(265.347)	(30.490)
Ajuste a Valor Justo - Ativos Financeiros.....	622	4.165
Efeito dos Impostos.....	(212)	(1.416)
Total do Resultado Abrangente do Exercício.....	691.018	1.410.902

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Holding de Investimentos S.A. (Sociedade) tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

2) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras da Sociedade, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2024. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Sociedade adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Sociedade conseguirá cumprir suas obrigações conforme os prazos contratuais.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 27 de março de 2025.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua, que é o Real (R\$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e as aplicações financeiras, que são prontamente conversíveis em caixa ou possuem prazo igual ou inferior 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 06.

2.4) Ativos financeiros

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido).

• Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantido dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

• Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são reconhecidos e inicialmente mensurados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado, incluindo juros ou receita de dividendos.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são classificados como VJR.

Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

A classificação e composição dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 07.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do Fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Arrendamento

O CPC 06 (R2) - Arrendamentos, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que o arrendatário contabilize os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros conforme o CPC 06 (R2), ou seja, reconhecendo um Ativo de Direito de Uso ("Ativo de Arrendamento") igual a um Passivo de Arrendamento, a menos que os arrendamentos sejam de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e de baixo valor.

2.7) Investimentos

São classificados como controladas as entidades sobre as quais a Sociedade exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos a voto. Poderá ainda existir controle quando a Sociedade possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Sociedade controla outra entidade.

Os investimentos em Sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

O resultado das controladas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

2.8) Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

A Sociedade avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade, a perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2024 e de 2023, não houve perda por *impairment*.

2.9) Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caiam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e

• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

2.10) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Sociedade, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 11b.

b) Juros sobre o capital próprio/Dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição dos juros sobre o capital próprio/dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Sociedade. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 11e.

2.11) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros, certificados de depósitos Bancários, Letras Financeiras e demais ativos financeiros. As receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:

Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	1.037.686	1.440.069
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....	(854.864)	(1.424.477)
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(786.647)	(1.332.591)
Amortização.....	4.600	6.480
Juros, Variações Monetárias Líquidas.....	(72.817)	(98.366)
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos.....	182.822	15.592
(Aumento)/Redução em Outros Ativos.....	75.458	895.398
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	(5.745)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(23.650)	(10.955)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais.....	228.885	897.795

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:

(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes.....	-	2.471.080
Redução de Capital em Controladas/Coligadas.....	-	530.000
Aporte de Capital em Controladas/Coligadas.....	(725.362)	(45.000)
Aquisição de Investimentos.....	(99.197)	-
Dividendos Recebidos.....	231.128	456.839
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimentos.....	(593.431)	3.412.919

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	(89.317)	(954.135)
Aumento de Capital.....	500.000	-
Redução de Capital.....	-	(1.700.000)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Financiamentos.....	410.683	(2.654.135)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	46.137	1.656.579
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício.....	1.919.779	263.200
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Exercício.....	1.965.916	1.919.779
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	46.137	1.656.579

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

2.12) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários".

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

As despesas com imposto de renda e contribuição social são constituídas pelo imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e pelo imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 17.

2.13) Apuração de resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre, e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do exercício e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

2.14) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras. Os eventos subsequentes, estão descritos na nota 18.

3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2024

Alterações do IFRS 16 (correlacionado ao CPC 06) - Arrendamentos - As mudanças, emitidas em setembro de 2022, preveem a adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (*leaseback*), após a data inicial da transação. Em resumo, o vendedor-arrendatário não deve reconhecer nenhum ganho ou perda referente ao direito de uso retido por ele. As alterações entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024. Não foram identificados impactos na Sociedade.

• Apresentação das Demonstrações Financeiras (correlacionado ao CPC 26) - As alterações emitidas em outubro de 2022, visam melhorar as informações divulgadas sobre dívidas não correntes com *covenants*, para que os usuários das Demonstrações Financeiras entendam o risco de tais dívidas serem liquidadas antecipadamente. Netas foram contempladas ainda, alterações que visam endereçar algumas preocupações levantadas por usuários das Demonstrações Financeiras, em função da aplicação das alterações sobre a Classificação de Passivos como Correntes e Não Correntes, emitidas em 2020. As alterações entraram em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2024, com aplicação antecipada permitida. Não foram identificados impactos na Sociedade.

• Alterações ao IAS 7 e ao IFRS 7 (correlacionado ao CPC 03 e CPC 40) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Instrumentos Financeiros: Evidenciação - As alterações se referem à divulgação de informações sobre acordos financeiros com fornecedores que permitirão aos usuários das Demonstrações Financeiras avaliar seus efeitos sobre o passivo da entidade e aos seus fluxos de caixa, além da sua exposição ao risco de liquidez. As alterações entraram em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2024. Não foram identificados impactos na Sociedade.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros

• Efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras - As alterações, emitidas em agosto de 2023, exigem que sejam fornecidas informações úteis e completas nas demonstrações financeiras de uma companhia quando uma moeda não puder ser convertida por outra. A norma estabelece que as companhias adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre diferentes moedas, não sendo possível a conversão, deve-se determinar uma taxa de câmbio a ser utilizada e divulgar essa situação de forma adequada. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Sociedade está avaliando os impactos destas normas.

• IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras. A nova norma, emitida em abril de 2024 introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: três categorias definidas para receitas e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas; maior transparência para as despesas operacionais e requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. O IFRS 18 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. A Sociedade está avaliando os impactos da nova norma.

• Novo IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública. A nova norma, emitida em maio de 2024, permite que as subsidiárias elegíveis utilizem as normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas, o que reduzirá os custos de preparação das demonstrações financeiras dessas subsidiárias, mantendo, ao mesmo tempo, a utilidade da informação para os usuários de suas demonstrações financeiras. O IFRS 19 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. A Sociedade está avaliando os impactos da nova norma.

• Emendas do IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros. As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e a Sociedade está avaliando os impactos destas normas.

• Emendas do IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos Referenciados à Eletricidade Dependente da Natureza

As emendas, emitidas em dezembro de 2024, visam melhorar a forma como as empresas relatam os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, frequentemente estruturados como acordos de compra de energia (PPAs). As emendas incluem esclarecimentos da aplicação dos requisitos de "uso próprio", permitindo a contabilidade de hedge se esses contratos forem usados como instrumentos de hedge e adicionam novos

Bradesco Holding de Investimentos S.A.

CNPJ nº 50.991.421/0001-08 - NIRE: 35.300.576.659
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Milhares de Reais

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas. As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Sociedade estão assim apresentados:

a) Classificação e avaliação dos ativos financeiros - Nota Explicativa 7

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação. Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os "prêmios de controle" resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a Sociedade a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

b) Reconhecimento de ativos fiscais diferidos - Nota Explicativa 17

Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

6) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
Disponibilidades em moeda nacional.....	683	540
Fundos de Investimentos (1)	1.965.233	1.919.239
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.965.916	1.919.779

(1) Esta aplicação financeira, classificada como equivalente de caixa, tem resgates automáticos diários e são utilizadas para gerenciamento de caixa, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

9) INVESTIMENTOS

A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro											
Empresas	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado ajustado	Quantidade de ações detidas (em milhares)		Quantidade de quotas	Participação no capital social - %	Investimentos		Resultado com equivalência	
				ON	PN			2024	2023	2024	2023
Bradescard Elo Participações S.A.	1.895.253	2.822.378	382.264	5.436.027	-	-	100,0000	2.733.809	1.927.162	382.264	838.288
Varese Holdings Ltda.	1.820.001	1.849.645	92.426	-	-	1.820.001	100,0000	1.849.645	1.637.503	92.426	68.189
Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A.	704.828	515.953	7.522	33.763	-	-	100,0000	515.953	1.037.349	7.522	207.281
Aranau Holdings S.A.	1.231.374	948.556	6.826	2.181.279	-	-	100,0000	948.556	944.538	6.826	(28.937)
Ágora Investimentos S.A.	515.780	647.298	65.782	865.780	-	-	100,0000	647.297	587.943	65.782	58.467
Alvorada Administradora de Cartões Ltda.	270.000	525.047	34.736	-	-	270.000	100,0000	525.047	490.642	34.736	11.198
CIP S.A. (5)	1.143.289	1.745.128	605.591	9.505	-	-	18,0185	314.781	337.779	109.118	107.526
2B Capital S.A.	224.167	250.418	12.023	60.014	-	-	100,0000	250.418	241.493	12.023	993
Tecnologia Bancária S.A. (5)	956.419	982.709	15.109	913.339	138.224	-	24,5523	241.277	237.568	3.710	3.150
Shopfácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A.	62.000	123.561	720	2.633	-	-	100,0000	123.561	122.676	720	13.542
RCB Investimentos S.A.	13.784	32.733	172.912	1.702	-	-	65,0000	21.276	66.003	112.393	81.997
Quod - Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (5)	679.806	334.777	(28.399)	8.143	2.555	-	16,8162	56.297	(4.775)	(7.066)	-
e-agro Soluções em Comércio Eletrônico S.A.	44.430	46.731	3.643	64	-	-	100,0000	46.731	2.680	3.643	140
Cubos Holdings Participações Ltda.	97.026	(4.084)	(43.725)	-	-	97.026	100,0000	(4.084)	(20.159)	(43.725)	(22.177)
Bradesco Comercializadora de Energia Ltda. (3)	20.002	20.601	601	-	-	20.002	100,0000	20.601	2	601	-
TDS Informática S.A. (1)	6.110	13.327	6.563	6.110	-	-	100,0000	13.327	-	6.563	-
Kunumi Serviços em Tecnologia da Informação S.A. (2)	22.233	1.449	(3.180)	416	475	-	100,0000	1.449	-	(3.180)	-
Ágio (4)	-	-	-	-	-	-	-	404.327	200.583	-	-
Outros Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	5	3	-	-
Mais valia (Intangível)	-	-	-	-	-	-	-	17.699	22.299	-	-
Total.....								8.727.972	7.897.136	786.647	1.332.591

- (1) Em 30.04.2024 a Sociedade realizou a aquisição de 100% da empresa TDS Informática S.A.;
(2) Em 31.05.2024 a Sociedade realizou a aquisição de 100% da empresa Kunumi Serviços em Tecnologia da Informação S.A.;
(3) Em 21.06.2024 a Sociedade realizou um aumento de capital no montante de R\$ 20.000 na empresa Bradesco Comercializadora de Energia Ltda. (ex-Lyon Holdings Ltda.);
(4) O ágio está fundamentado na rentabilidade futura, avaliado quando da aquisição de participação societária, para a qual não foi detectada a necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*); e
(5) Informações contábeis utilizadas com defasagem de datas até 60 dias.

10) OUTROS PASSIVOS

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
Circulante.....	266.472	169.974
Valor a pagar pela opção de compra de ações (1)	245.020	169.251
Credores Diversos (2)	21.409	-
Outras	43	723
Não circulante.....	94.168	-
Credores Diversos (2)	87.693	-
Outras	6.475	-
Total.....	360.640	169.974

- (1) Refere-se, a opção de compra de 35% da participação societária na RCB Investimentos.
(2) Refere-se, a parcela a pagar sobre aquisição das empresas TDS Informática S.A. e Kunumi S.A.

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro (em quantidade)	
	2024	2023
Banco Bradesco S.A.	10.537.140.573	9.925.964.417
Total.....	10.537.140.573	9.925.964.417

Em 5.1.2024 houve uma redução de capital social, no valor de R\$ 528.918, alterando de R\$ 8.863.080 para R\$ 8.334.162, sem cancelamento de ações;
Em 30.1.2024 houve um aumento de capital social com investimento da e-agro Soluções em Comércio Eletrônico S.A. no valor de R\$ 15.429, elevando-o de R\$ 8.334.162 para R\$ 8.349.591;
Em 30.8.2024 houve um aumento de capital social com investimento da Bradescard Elo Participações S.A., no valor de R\$ 175.053, elevando-o de R\$ 8.349.591 para R\$ 8.524.644; e
Em 27.12.2024 houve um aumento de capital social no valor de R\$ 500.000, elevando-o de R\$ 8.524.644 para R\$ 9.024.644.

b) Lucro básico por ação

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores.....	955.955	1.438.643
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	9.778.685	9.741.908
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas (em Reais)	0,10	0,15

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais dilúveis.

d) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2024	2023
Reservas de lucros.....	3.397.997	2.451.124
- Reserva legal (1)	267.253	219.455
- Reserva estatutária (2)	3.130.744	2.231.669

- (1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do Capital Social realizado, ou 30% do Capital Social, acrescido das Reservas de Capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

e) Juros sobre o capital próprio/Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio/dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício. Os cálculos dos juros sobre o capital próprio/dividendos relativos aos exercícios de 2024 e 2023 estão demonstrados a seguir:

	2024	% (1)	2023	% (1)
Lucro líquido do exercício	955.955		1.438.643	
Reserva legal	(47.798)		(71.932)	
Base de cálculo.....	908.157		1.366.711	
Dividendos mínimos obrigatórios em 2024.....	9.082	1,00	13.667	1,00

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

12) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2024	2023
Receitas financeiras.....	289.721	139.443
Rendimento de letras financeiras.....	70.643	94.984
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos	212.206	30.366
Juros e variações monetárias	6.872	12.664
Resultado com aplicações compromissadas em debêntures	-	1.366
Outras	-	63
Despesas financeiras	(4.395)	-
Arrendamentos	(174)	-
Juros e variações monetárias	(4.221)	-
Total.....	285.326	139.443

13) DESPESA DE PESSOAL

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2024	2023
Proventos e gratificações.....	10.191	9.555
Encargos sociais	3.363	3.049
Despesa de benefícios	2.911	2.823
Indenizações trabalhistas	-	21
Total.....	16.465	15.448

14) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2024	2023
Contribuição à Cofins	11.599	5.588
I.O.F - Imposto sobre operações financeiras.....	-	3.726
Contribuição ao PIS.....	1.885	909
Outros	57	12
Total.....	13.541	10.235

15) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2024	2023
Amortização	4.600	6.480
Doações e patrocínios	1.635	1.428
Serviços de terceiros	4.027	742
Arrendamentos	335	-
Outras	414	674
Total.....	11.011	9.324

16) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com controlador direto (Banco Bradesco S.A.) e empresas coligadas que o controlador direto detém participação acionária. A Sociedade na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

7) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

	Em 31 de dezembro				
	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor justo/contábil (2) (3)	Valor de custo atualizado	Ajuste a valor justo
Títulos					
Letras financeiras (1)	670.915	-	670.915	668.433	2.482
Total em 2024.....	670.915	-	670.915	668.433	2.482
Total em 2023.....	-	599.650	599.650	597.790	1.860

- (1) Refere-se a Letras Financeiras emitidas pelo Banco Bradesco S.A. com vencimento em dezembro de 2025;
(2) O valor justo dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes; e
(3) Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado.

8) ARRENDAMENTOS

Conforme apresentado, a Sociedade possui arrendamento em 2024, correspondente ao prédio no qual possui sua operação instalada e sua movimentação está apresentada a seguir:

	2024	2023
Arrendamento ativo		
Saldo inicial.....	-	-
Entradas	1.715	-
Alterações contratuais	306	-
Amortização arrendamento	(335)	-
Saldo final.....	1.686	-
Arrendamento passivo		
Saldo inicial.....	-	-
Entradas	1.715	-
Alterações contratuais	306	-
Juros de arrendamento	174	-
Pagamentos no período.....	(392)	-
Saldo final.....	1.803	-

Em 31 de dezembro											
Empresa de ações (em milhares)	Quantidade de quotas	Participação no capital social - %	Investimentos		Resultado com equivalência						
			2024	2023	2024	2023					
-	-	100,0000	2.733.809	1.927.162	382.264	838.288					
-	1.820.001	100,0000	1.849.645	1.637.503	92.426	68.189					
-	-	100,0000	515.953	1.037.349	7.522	207.281					
-	-	100,0000	948.556	944.538	6.826	(28.937)					
-	-	100,0000	647.297	587.943	65.782	58.467					
-	270.000	100,0000	525.047	490.642	34.736	11.198					
-	-	18,0185	314.781	337.779	109.118	107.526					
-	-	100,0000	250.418	241.493	12.023	993					
158.224	-	24,5523	241.277	237.568	3.710	3.150					
-	-	100,0000	123.561	122.676	720	13.542					
-	-	65,0000	21.276	66.003	112.393	81.997					
2.555	-	16,8162	56.297	61.072	(4.775)	(7.066)					
-	-	100,0000	46.731	2.680	3.643	140					
-	97.026	100,0000	(4.084)	(20.159)	(43.725)	(22.177)					
-	20.002	100,0000	20.601	2	601	-					
-	-	100,0000	13.527	-	6.563	-					
475	-	100,0000	1.449	-	(3.180)	-					
-	-	-	404.327	200.583	-	-					
-	-	-	5	3	-	-					
-	-	-	17.699	22.299	-	-					
			8.727.972	7.897.136	786.647	1.332.59					

...continuação

Bradesco Holding de Investimentos S.A.

CNPJ nº 50.991.421/0001-08 - NIRE: 35.300.576.659
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

Bradesco Holding de Investimentos S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Bradesco Holding de Investimentos S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Holding de Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2025



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P-027685/O-0 F SP

Gustavo Mendes Bonini
Contador CRC 15P-296875/O-4

